



PERMANÊNCIA ESCOLAR E A EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM CONTEXTO

LOBO, Aline Hora¹
FREITAS-FERRI, Marinaide²

Grupo de Trabalho (GT):– Educação Especial e Inclusão de Pessoas com Deficiência

RESUMO

Este trabalho busca socializar os sentidos de “permanência escolar” no contexto de pessoas com deficiência (PcD), em sete artigos, advindos de um recorte de uma pesquisa pibiquiana qualitativa denominada *Estado do Conhecimento em Permanência escolar: os sentidos que se revelam* (CNPq, 2022-2025), cujo corpus inclui 50 produções de artigos publicados em periódicos, no intervalo temporal compreendido entre 2018 a 2022. Que visa compreender quais sentidos vem sendo apresentado pelos pesquisadores nas produções selecionadas. A interpretação aponta que, dentro do recorte pesquisado, a diáde acesso e permanência não dialogam e não se efetivam, mesmo sendo garantida por lei; e, também, há a compreensão aproximada aos sentidos de permanência transformadora dos sujeitos.

Palavras-chave: Permanência escolar. Pessoas com deficiência. Estado do conhecimento.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho objetivamos socializar os sentidos de *permanência escolar* abordado pelos/as autores/as em suas publicações no contexto de estudantes PcD, sete artigos, advindos do recorte do corpus de uma pesquisa qualitativa pibiquiana denominada *Estado do Conhecimento em Permanência escolar: os sentidos que se revelam* (CNPq, 2022-2025). O referido estudo inseriu-se em uma pesquisa matriz intitulada *Permanência e Cultura Organizacional Escolar na Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional Tecnológica (EJA - EPT): a construção de comunidade de aprendizagem*³, financiada pelo CNPq.

Neste texto, que se compõe em cinco partes, tratamos da *Permanência escolar em contexto da Educação de Pessoas com Deficiência*. Na primeira focamos o objetivo do trabalho; seguindo-se a fundamentação teórica; na sequência destacamos os procedimentos metodológicos; em continuidade, apresentamos os resultados e, por fim, a quinta parte, expusemos as considerações finais.

¹Universidade Federal de Alagoas. aline.lobo@cedu.ufal.br.

² Universidade Federal de Alagoas. naide12@hotmail.com.

³ Envolveu as instituições: Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Universidade do Porto (UP) e o Instituto Federal de Alagoas (Ifal); situou-se em quatro Câmpus dessa última instituição (Ifal): Maceió, Satuba, Marechal Deodoro e Piranhas, em Alagoas-Brasil - centrada nos cursos técnicos de Gastronomia, Hospedagem e Artesanato da EJA/EPT em termos de aperfeiçoamento curricular.





OBJETIVOS

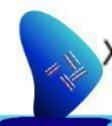
Socializar os sentidos de permanência escolar que foram abordados pelos/as autores/as em suas publicações no contexto de estudantes PCD, sete artigos, advindos do recorte do corpus de uma pesquisa qualitativa pibiquiana.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O acesso e a permanência escolar formam uma diáde com garantia constitucional para que estudantes com deficiência ingressem nas instituições de ensino, de acordo com os artigos 205, 206 e 208 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Essa garantia foi materializada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n. 9.394 de 1996 (BRASIL, 1996), abrangendo todos os níveis, etapas e modalidades da educação e no Decreto nº 3.298/1999 que regulamenta a Lei nº 7.853/1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, entre outros documentos.

Os estudiosos em permanência escolar buscam solidificar os seus sentidos, numa visão contrária ao instituído, ou seja, o olhar condescendente da evasão que se centra na culpabilização do/a aluno/a ou do/a professor/a pelo “abandono” ou “fracasso” escolar. Nessa direção, a permanência é “[...] símbolo da materialidade de um lugar discente, um ‘estar’ na escola para aprender e não só para estar de corpo presente” (Carmo, G.; Carmo, C. 2014, p.14) (grifos do autor e autora), pautada em ações instituintes realizadas na escola “[...] (trans)formando [os sujeitos] pelo diálogo e pelas trocas necessárias e construidoras” (Reis, 2016, p. 82).

Portanto, concordamos com Reis (2009) que o ato de permanecer precisa ser entendido como a articulação de condições, sendo uma material - relacionada com as condições de subsistência e -, outra simbólica, relacionada à valorização da autoestima, ao apoio pedagógico, às relações de amizades, dentre outros aspectos.



METODOLOGIA

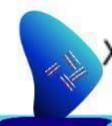
Este estudo centrou-se na abordagem qualitativa do tipo Estado do Conhecimento, aprofundando-se em “um setor [de] publicações [periódicos] sobre o tema estudado” (Romanowski; Ens, 2006, p. 40), no recorte compreendido entre 2018-2022, na plataforma da Capes, e utilizou o descritor “permanência”, com aplicação dos filtros: revisado por pares e em Língua Portuguesa.

Apoiamo-nos nas etapas referentes às Leituras Sucessivas (Lima; Mioto, 2007), quais sejam: Leitura de Reconhecimento – levantamento inicial das produções considerando o termo “permanência”, registraram 1.235 artigos; Leitura Exploratória - filtragem centrada nos resumos e nas palavras-chave, focada na categoria “permanência escolar”, e nessa direção, ao identificarmos repetições e um número excessivo de trabalhos não condizentes com a categoria estudada, declinou para um total de 50 produções; Leitura Seletiva - nova filtragem, com referência exclusivamente à permanência em Educação com Pessoas com Deficiência. Restaram apenas 7 trabalhos, quanto ao total anterior; Leitura reflexiva – permitiu, por meio da leitura das produções e construção de sínteses, compreender as afirmações dos-as autores-as e os sentidos da permanência escolar; Leitura interpretativa - integralização dos sentidos ao referencial teórico estabelecido.

O QUE OS DADOS EVIDENCIARAM

A seguir, apresentamos as sínteses das produções focando nos sentidos de permanência, nelas evidenciados:

1 - A produção “Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência” (Garcia; Bacarin; Leonardo, 2018) objetivou compreender, na perspectiva dos/as estudantes, as reais condições de acesso e permanência em uma universidade, no interior do Paraná. O sentido da permanência escolar centrou-se na LDBEN, em vigor, que preconiza a articulação entre acesso e permanência. As autoras citam Minto (2000) e Chacon (2001). O primeiro pesquisador denuncia a discrepância entre o que a lei suscita e o que se efetiva na escola, relacionando a permanência ao desempenho pessoal. O segundo,

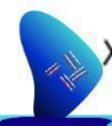


corrobora com seu colega, e destaca que há poucas Instituições de Ensino Superior (IES), que possuem seus currículos voltados ao atendimento especializado;

2 - A produção “Acesso e permanência do aluno com deficiência na “escola regular”: alguns desafios e possibilidades” (Uhmann, 2018), sistematiza e contextualiza os processos de inclusão que os-as alunos-as deficientes são submetidos na escola dita “regular”, e problematiza o processo de inclusão. A autora cita Young (2007) e Sassaki (1999) que a defendem como aquela que prioriza a aquisição do conhecimento e a aprendizagem respeitando as diferenças dos sujeitos, por meio da cooperação entre os estudantes e os/as professores/as, expressando sentido de permanência simbólica. No dizer da autora, existe a necessidade de um trabalho escolar que contribua para a superação das dificuldades e possibilite uma educação inclusiva;

3 - A produção “Direito fraterno: dispositivo legal para o acesso e permanência da pessoa com deficiência no ensino superior” (Prandi et al., 2018), apresenta a análise bibliográfica e discute no âmbito legal os princípios norteadores do Direito Fraterno, conceito jurídico que entende a responsabilidade mútua entre os indivíduos para garantir a liberdade e igualdade social. O estudo indica necessidade de formação inicial e continuada para os/as professores/as voltada para a educação inclusiva visando o processo de ensino-aprendizagem do-a aluno-a PCD e seu acolhimento. O artigo traduz o sentido de permanência simbólica, que associa sua entrada no ensino superior ao envolvimento de pertencimento e identificação; no acolhimento e no auxílio nas tarefas em sala pelos colegas, impulsionando seu desenvolvimento para a perspectiva transformadora;

4 - A produção “Deficiência visual: caminhos legais e teóricos da escola inclusiva” (Garcia; Braz, 2020), é uma pesquisa exploratória, que discute os pressupostos da democratização, do acesso, da permanência e da inclusão na escola pública em Manaus. Destaca a importância da preparação dos-as profissionais em orientar a partir de técnicas e práticas necessárias para viabilizar a efetivação da escola inclusiva. As autoras citam Costa (2012), quanto a necessidade de eliminar barreiras atitudinais como os preconceitos, os estigmais e a discriminação, atribuindo o sentido de permanência simbólica à sua produção.

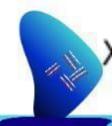


Articula ao seu sentido material, na eliminação das barreiras arquitetônicas: obstáculos que impedem o acesso e o uso físico dos ambientes individuais/coletivos;

5 - A produção “O Programa de Iniciação à Docência e a Discussão sobre a Educação Especial” (Adams; Tartuci, 2020), considera a presença dos/as alunos/as PCD como uma realidade nas escolas. Destaca a escassez da discussão sobre educação especial dentro do programa Projeto Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). Problematizam essa escassez, ao debaterem sobre a promoção de um currículo e uma prática pedagógica que abarque essas especificidades. O sentido simbólico da permanência apresenta-se pela citação das autoras quanto ao autor Freitas (2016), que enfatiza a ausência de um currículo que forme profissionais em educação especial, e ao citarem o autor Nóvoa (2004), quanto às reflexões sobre a prática docente durante a formação inicial, imputando ao professor/a o papel de refletir e aprimorar sua prática, tornando-a inclusiva, contribuindo para o desenvolvimento e o pertencimento do estudante PCD no sistema de educação;

6 - A produção “Sinalizações sobre a escolarização de alunos surdos: alguns estudos e problematizações”(Uhmann; Schewengber, 2020) traz a revisão bibliográfica com reflexões sobre o acesso e a permanência na escolarização de sujeitos surdos nas escolas ditas regulares, como possibilidade de reconhecimento e legitimação à Educação Bilíngue. Afirmam que o aumento das matrículas desses/as alunos/as, não garante a permanência de qualidade que contribua para o seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, ao uso da Língua Brasileira de Sinais, bem como à interação entre surdos-ouvintes. Destacam que os sujeitos têm suas diferenças linguísticas ainda pouco reconhecidas, o que pode produzir muitas repetições, isolamento e “evasão” escolar desses alunos. Isso exige a permanência simbólica articulada à permanência material, indo do “ficar” à transformação, que vai além do uso da Língua Brasileira de Sinais;

7 - A produção “Inclusão educacional da pessoa com deficiência visual no ensino superior” (Silva; Pimentel, 2021), indicam a revisão integrativa de estudos de pessoas PCD no ensino superior e o que tem sido regulamentado e corroborado pelo legislativo brasileiro. No entanto, essa inclusão ocorre na medida em que a permanência simbólica e material se façam presentes na possibilidade de usufruir dos espaços físicos, dos equipamentos disponíveis, de recursos materiais,



audiovisuais, informacionais, e carência de docentes preparados para o atendimento a esses estudantes, explicitando que o direito, em muitas das IES, não cumpre a legislação, denotando necessidade de maior investimento para inclusão efetiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

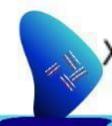
Este texto socializa os sentidos de permanência escolar defendidos pelos/as autores/as das sete produções selecionadas, como recorte de uma pesquisa pibiquiana do tipo Estado do Conhecimento. Observamos nas produções analisadas que a diáde acesso e permanência escolar ainda não é materializada de forma efetiva, havendo distância entre o legal e o real. Isso se reflete na persistência de desigualdades e de barreiras atitudinais, culturais e curriculares, mesmo sendo um direito garantido. Essas produções se aproximaram dos sentidos de permanência defendidos pelos/as autores/as contemporâneas (Carmo, Gerson; Carmo, Cintia, 2014 e Reis, 2016), que assumem uma permanência escolar transformadora. Apenas dois desses sete artigos, das autoras Uhmann; Schewengber (2020) e Garcia; Braz (2020), mencionam à “evasão”, aliando-a ao isolamento e à repetência dos estudantes que são expostos a uma realidade de inclusão não efetiva.

O estudo mostrou que, no recorte estudado, os trabalhos voltados à permanência escolar em contexto da Educação com Deficiência são limitados, diante da necessidade de garantir a permanência que alie as condições simbólicas às materiais dos estudantes PCD, que acessam a rede de ensino em quaisquer modalidades, para garantir efetivamente que os limites do ensino alcance maior possibilidade educativa transformadora.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Fernanda Walter; TARTUCI, Dulcélia. O Programa de Iniciação à Docência e a discussão da Educação Especial. **Revista Insignare Scientia - RIS**, v. 3, n. 5, p. 1-24, 18 dez. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.



CARMO, Gerson Tavares do; CARMO, Cíntia Tavares do. A permanência escolar na Educação de Jovens e Adultos: proposta de categorização discursiva a partir das pesquisas de 1998 a 2012 no Brasil. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 22, n. 63, 2014.

GARCIA, Fabiane Maia; BRAZ, Aissa Thamy Alencar Mendes. Deficiência visual: caminhos legais e teóricos da escola inclusiva. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 28, n. 108, p. 622–641, jul. 2020.

GARCIA, Raquel Araujo Bonfim; BACARIN, Ana Paula Sitrão; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro. Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. spe, p. 33–40, 2018.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: na pesquisa bibliográfica. **Revista Katalysis**, v. 10, p. 37-45, 2007.

PRANDI, Luiz Roberto; FARIA, Wendell Fiori de; MARANGONI, Pedro Henrique; FONTOURA, Perci Fabio Santos. Direito fraterno: dispositivo legal para o acesso e permanência da pessoa com deficiência no ensino superior. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, [S. I.], v. 5, n. 12, p. 151–170, 2018. DOI: 10.26568/2359-2087.2018.3405.

REIS, Dyane. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. 2009. 214 f. Tese (Doutorado e Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

REIS, Dyane Brito. O significado de permanência: explorando possibilidades a partir de Kant. In: Carmo, G. T. **Sentidos da permanência na educação**: o anúncio de uma construção coletiva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2016.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. **Revista Diálogo Educacional** (PUCPR), v. 6, p. 37-50, 2006.

SILVA, Jailma Cruz da; PIMENTEL, Adriana Miranda. Inclusão educacional da pessoa com deficiência visual no ensino superior. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 29, p. e2904, 2021.

UHMANN, Silvana Matos. Acesso e permanência do aluno com deficiência na escola regular: alguns desafios e possibilidades. **Horizontes - Revista de Educação**. ISSN 2318-1540, [S. I.], v. 6, n. 12, p. 19–32, 2018. DOI: 10.30612/hre.v6i12.8256.

UHMANN, Silvana Matos.; SCHWENGBER, Maria Simone Vione. Sinalizações sobre a escolarização de alunos surdos: alguns estudos e problematizações. **Revista Insignare Scientia - RIS**, v. 3, n. 1, p. 394-414, 4 jun. 2020.

